

PARECER JURÍDICO Nº 64/2025

MATÉRIA: PROJETO DE LEI 2357/2025

SÚMULA: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONVÊNIO OU TERMO DE COOPERAÇÃO COM A LIMMT - LIGA INDEPENDENTE DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO VISANDO A REALIZAÇÃO DE ETAPA DO CIRCUITO MATOGROSSENSE DE MOTOCROSS 2025 NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO.

I- DA CONSULTA E O SEU OBJETO

**Senhor Presidente:
Senhores Vereadores:**

Foi submetido a esta Secretaria Jurídica para manifestação técnico-jurídica o Projeto de Lei nº 2.357/2025 de 24 de junho de 2025, de autoria do Poder Executivo, que visa que visa autorizar o poder executivo municipal celebrar convênio ou termo de cooperação com a limmt - liga independente de motociclismo do estado de mato grosso visando a realização de etapa do circuito matogrossense de motocross 2025 no município de Alta Floresta/MT, e dá outras providências, o Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte pronunciamento:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio ou Termo de Cooperação com a limmt - Liga Independente de Motociclismo do Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ 13.788.292/0001-10, na forma de repasse financeiro a título de ajuda de custo, para contribuição na organização, manutenção e realização da Etapa do Circuito Matogrossense de Motocross de 2025 no Município de Alta Floresta.

Parágrafo único. O auxílio financeiro a ser prestado pelo Poder Executivo Municipal à entidade indicada no caput, caracterizar-se-á pela ajuda de custo no valor de até R\$235.014,00 (duzentos e trinta e cinco mil e quatorze reais), pagos diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho de atividade a ser apresentado pela referida entidade.

Art. 2º - A limmt - Liga Independente de Motociclismo do Estado de Mato Grosso deverá prestar contas até 60 (sessenta) dias após a realização do evento, sob pena de serem tomadas as medidas cabíveis.

Art. 3º - O referido valor terá a seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido: 894

Órgão/Unidade: 09 002 Direção de Esportes e Projetos

Funcional Programática: 2781200332102

Função: 27 Desporto e Lazer - Subfunção: 812 Desporto Comunitário

Programa: 0033 Gestão da Política do Esporte e Lazer

Ação: 2012 Incentivo às Práticas Desportivas

Elementos de Despesa: 3350410000 Contribuições

Fonte de recurso: 15000000000 Recursos não Vinculados a Impostos

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

II- DA JUSTIFICATIVA

Trata-se de análise técnica do Projeto de Lei nº 2.357/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que tem por objeto autorizar a celebração de convênio ou termo de cooperação com a LIMMT – Liga Independente de Motociclismo do Estado de Mato Grosso, com vistas à realização da Etapa do Circuito Matogrossense de Motocross 2025 no município de Alta Floresta/MT, mediante repasse de recursos públicos no valor de até R\$ 235.014,00.

Na Justificativa assevera sobre a área doada que: (...)O presente Projeto de Lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio ou Termo de Cooperação com a LIMMT - Liga Independente de Motociclismo do Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ 13.788.292/0001-10, para a realização da Etapa do Circuito Matogrossense de Motocross de 2025 no Município de Alta Floresta.

O motocross é uma das modalidades esportivas que mais cresce em Mato Grosso, promovendo lazer, integração social e movimentação do comércio local.

O apoio do Município é de fundamental importância para a realização do evento, que com essa iniciativa estará reafirmando o compromisso com o incentivo ao esporte e ao turismo esportivo.

A etapa contará com diversas categorias e estrutura para receber público de todas as idades em um fim de semana de adrenalina e emoção sobre duas rodas.

Enfatizamos que o interesse público resta evidenciado neste caso, pois trata-se de uma forma de incentivo ao esporte, que além de proporcionar aos munícipes lazer e entretenimento, gera desenvolvimento e renda para o Município (...).

O presente parecer tem por objetivo analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, bem como verificar o atendimento aos requisitos formais e materiais necessários para sua validade.

Após a exposição dos fundamentos e justificativas apresentados na proposta, passa-se à análise jurídica da matéria.

III- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

É o sucinto relatório.

Estudada a matéria, passemos a análise jurídica.

- **Competência Legislativa**

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

A competência para legislar sobre o tema encontra fundamento no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que confere aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local. Ademais, a proposta insere-se dentro da competência municipal para fomentar atividades esportivas e de lazer, conforme disposto no artigo 217 da Carta Magna:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

O Município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local. A autorização legislativa para a celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, com repasse de recursos públicos, é matéria de interesse local e encontra amparo na competência municipal, conforme preceitua o artigo 30, incisos I, da Constituição Federal de 1988:

Art.	30.	Compete	aos	Municípios:
I	-	legislar	sobre	assuntos de interesse local;

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no

assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias entre outras, em que não hajam implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, in verbis:

“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país”.

Não menos importante as previsões constantes na Lei Orgânica do Município, em especial, a previsão dos artigos 129, 130 e 131, vejamos:

Art. 129. Deve o poder público municipal, através de seu órgão competente promover anualmente, competições esportivas envolvendo todas as modalidades, com participação de toda a comunidade, segundo definido em lei, inclusive aos deficientes físicos.

Art. 130. É dever do Município fomentar práticas esportivas, formais e não formais, como direito a cada um observados: I - a autonomia das autoridades desportivas, dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos humanos, financeiros e materiais para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento; III - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação estadual e nacional.

Art. 131. As ações do poder público municipal e a destinação de recursos no setor, priorizarão: I - o esporte amador e educacional; II - o lazer popular; III - a criação e a manutenção de instalações esportivas e recreativas, nos programas e projetos de urbanização, moradia popular e das unidades educacionais, exigindo igual participação da iniciativa privada. Parágrafo único - Caberá ao Município estabelecer e desenvolver planos e programas de construção e manutenção de equipamentos esportivos comunitários e escolares, com a alternativa de utilização para os portadores de deficiência.

- **Aspectos Materiais**

O projeto encontra-se adequadamente instruído com justificativa, que evidencia a relevância esportiva, turística, cultural e econômica do evento. A movimentação do comércio local, o fomento ao esporte e o incentivo à atividade física e de lazer, aliados ao fato de que se trata de evento de grande público e expressão estadual, sustentam o caráter de interesse público da iniciativa.

Há menção expressa à dotação orçamentária, o que atende ao disposto no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). **Recomenda-se, entretanto, que o convênio seja precedido de aprovação do plano de trabalho e cláusulas específicas de responsabilidade, prestação de contas e fiscalização.**

IV- CONCLUSÃO

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, ***esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos FAVORAVELMENTE*** à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

Ademais, afere-se da análise realizada, que o Projeto de Lei n.º 2.357/2025 está em consonância com a legislação vigente, sendo juridicamente viável sua aprovação.

Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Lei em análise, em atenção às normas que gerem o Município e os mandamentos Constitucionais.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Portanto, no entendimento dessa Secretaria Jurídica ***é que não há óbice jurídico ou legal à sua aprovação***, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos Nobres Edis.

Nesse desiderato e por todo o esposado acima, o posicionamento é no sentido de que o projeto preenche as exigências normativas referentes a matéria para que possa ser implementada.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer *não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis*, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

O quórum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara, conforme preceitua o artigo 176, alínea “h” devendo para tanto considerar todos os Vereadores, presentes ou ausentes, conforme estabelece o artigo 174, III, §3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

Inexiste, portanto, qualquer óbice de natureza formal ou material que impeça sua regular tramitação e eventual aprovação pelo Plenário, ficando a análise do mérito a cargo dos Nobres Edis.

Este parecer foi exarado com base nos elementos constantes dos autos em epígrafe até a presente data, podendo ser revista sua fundamentação diante de novos elementos que venham a ser apresentados.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 30 de junho de 2025.

Kathiane C. Borges
OAB/MT 31082
Secretaria Jurídica

Prislene P. Santos
OAB/MT 35.599
Secretaria Jurídica